



## **Assembleia Legislativa do Estado do Acre**

### **LEI COMPLEMENTAR N. 116, DE 7 DE JULHO DE 2003**

**“Dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC e dá outras providências.”**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE FAÇO SABER** que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** O Instituto de Meio Ambiente do Acre, criado pela Lei n. 851, de 23 de outubro de 1986, doravante denominado IMAC, disporá da seguinte Estrutura Organizacional Básica:

#### **I - Presidência**

a) Gabinete

#### **II - Procuradoria Jurídica**

a) Assessoria Técnica Jurídica

#### **III - Gerência de Gestão Interna**

a) Gerência Financeira; e

b) Gerência de Pessoal e Recursos Humanos

#### **IV – Diretoria de Gestão Técnica**

a) Gerência de Recursos Florestais;

b) Gerência de Recursos Hídricos;

c) Gerência de Gestão Urbana e de Infra-Estrutura;

d) Gerência de Monitoramento da Qualidade Ambiental; e

e) Gerência de Educação Ambiental.

**§ 1º** Integram ainda a Estrutura Básica Organizacional os Serviços: Gerais, de Patrimônio e Material, de Documentação e Arquivo, de Atendimento ao Usuário e o de Pessoal; os Setores Técnicos: de Manejo Florestal, Desmate e Queima, Indústria, Serviços e Resíduos e de Infra-Estrutura.

**§ 2º** A estrutura básica de que trata este artigo está distribuída em organograma constante do Anexo Único, parte integrante desta lei complementar.

**§ 3º** Os mecanismos especiais de natureza transitória serão criados por decreto, e não serão considerados unidades administrativas, devendo, entretanto, seus chefes e técnicos ser remunerados através de contratos, cujos valores serão estabelecidos em projetos de custos.

**Art. 2º** Ficam criados quatro núcleos de representação do IMAC no interior: o do Juruá, o de Tarauacá/Envira, o do Purus e o do Baixo Acre.

**§ 1º** Os núcleos terão competência para formalização de processos de licenciamento ambiental, análise prévia, vistoria técnica, monitoramento e fiscalização, bem como o desenvolvimento de ações de educação ambiental.

**§ 2º** Após o cumprimento dos procedimentos elencados no §1º deste artigo, o gerente do núcleo encaminhará o processo para a sede do IMAC, para análise conclusiva.

**Art. 3º** O Gabinete da Presidência tem como atribuições:

**I** - prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao Presidente, nas suas relações políticas e sociais;

**II** – ocupar-se das relações públicas e do preparo, despacho e controle do expediente do Presidente;

**III** – proceder à recepção e encaminhamento de visitantes;

**IV** – proceder à recepção, estudo e triagem dos expedientes encaminhados ao Presidente;

**V** – promover a elaboração e divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do IMAC;

**VI** – articular os setores da área administrativa e técnica no cumprimento das decisões superiores;

**VII** – coordenar as medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamento, pareceres e informações solicitadas;

**VIII** – assessorar o Presidente nas negociações de programas e projetos ambientais junto a organismos financiadores;

**IX** – acompanhar a elaboração e a consolidação dos planos, projetos, programas e relatórios das atividades finalísticas do IMAC e submetê-los a decisão superior; e

**X** – realizar outras atribuições pertinentes.

**Art. 4º** A Procuradoria Jurídica tem como atribuição:

**I** - prestar assistência jurídica direta e imediata ao Presidente, nas atribuições que lhe incumbe o cargo;

**II** – fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos pactos e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguidos em sua área de atuação e coordenação, quando não houver orientação normativa da Procuradoria Geral do Estado;

**III** – emitir pareceres jurídicos sobre as questões, dúvidas ou conflitos submetidos ao Presidente, em matérias relativas à sua competência;

**IV** – lavrar Autos de Infração, Termos de Embargo, de Interdição, de Apreensão, de Inutilização, de Suspensão e de Demolição;

**V** - opinar sobre atos a serem submetidos ao Presidente, com vistas à vinculação administrativa;

**VI** – estudar e redigir contratos e/ou instrumentos congêneres;

**VII** – elaborar minutas de projetos de leis, decretos e, sempre que necessário, outros atos normativos expedidos pelo Presidente;

**VIII** – promover a execução fiscal dos autuados por infração ambiental; e

**IX** – representar o IMAC em ações judiciais.

**Art. 5º** A Gerência de Gestão Interna, dentre outras atribuições legais, compete:

**I** – coordenar, através das Gerências integrantes, as atividades relacionadas com recursos humanos, serviços administrativos, orçamento e sua execução, contabilidade financeira e patrimonial;

**II** – coordenar a elaboração do orçamento e a programação financeira da Gerência;

**III** - promover a cobrança, controle e a execução de prestação de contas, bem como acompanhar a aplicação das verbas oriundas de contratos e convênios, de acordo com a legislação vigente;

**IV** – assinar, em conjunto com o ordenador de despesas, os documentos de execução orçamentária e financeira;

**V** – supervisionar o procedimento da análise de viabilidade de uso dos bens móveis e imóveis, bem como de sua serventia; e

**VI** – desempenhar outras atividades relacionadas com sua posição e as determinadas pelo Presidente.

**Art. 6º** À Diretoria de Gestão Técnica, dentre outras atribuições legais, compete:

**I** – coordenar as ações executadas pelas Gerências Temáticas afins;

**II** – manifestar-se nos processos de licenciamento ambiental, motivando a sua decisão;

**III** – promover o monitoramento e a fiscalização das atividades licenciadas e da qualidade ambiental;

**IV** - promover a articulação entre os diferentes atores sociais, utilizadores de recursos naturais;

**V** – promover a participação da sociedade organizada na elaboração e execução das ações de controle ambiental;

**VI** – promover ações de educação ambiental e a difusão dos resultados dos produtos gerados, junto à sociedade; e

**VII** – zelar pelo cumprimento da legislação ambiental.

**Art. 7º** As atribuições relativas aos setores de apoio administrativo e financeiro, bem como as das Gerências Executivas de atividades técnicas, serão definidas em regimento interno, a ser elaborado no prazo de noventa dias da publicação desta lei complementar.

**Art. 8º** Os Cargos em Comissão (**CC**) serão denominados de Gerências-**G**, na quantidade, simbologia, escalonamento e remuneração, conforme previsto nesta lei complementar.

**§ 1º** Os cargos comissionados de Gerência serão escalonados em três níveis, nas seguintes quantidades: G –1: cinco, G – 2: oito, G –3: seis, e a eles corresponderá a remuneração de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e R\$ 3.000,00 (três mil reais).

**§ 2º** A remuneração do cargo de Diretor de Gestão Técnica será de noventa por cento dos subsídios do Secretário de Estado, nos termos do § 5º do art. 41 da Lei  
Página 4 de 5

Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Reorganização da Administração Pública, com nova redação dada pela Lei Complementar n. 115, de 31 de dezembro de 2002.

**Art. 9º** Ficam transformadas em Função de Confiança – FC as Funções Gratificadas – FG, que serão exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo do respectivo órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta.

**Parágrafo único.** As Funções de Confiança de que trata o *caput* deste artigo serão em quantidade de quatorze, escalonadas em seis níveis: FC –1, FC–2, FC–3, FC-4, FC–5 e FC–6, e a elas corresponderão, respectivamente, os valores de R\$ 100,00 (cem reais), R\$ 200,00 (duzentos reais), R\$ 300,00 (trezentos reais), R\$ 400,00 (quatrocentos reais), R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 1.000,00 (um mil reais).

**Art. 10.** Os ocupantes de cargos efetivos deste Instituto que exercerem qualquer dos cargos comissionados perceberão a remuneração do cargo em comissão, podendo optar pela remuneração do cargo efetivo.

**Art. 11.** A remuneração das Gerências-G e Funções de Confiança-FC passarão a ser reajustadas nas mesmas datas e índices concedidos aos servidores efetivos do Poder Executivo Estadual.

**Art. 12.** A Procuradoria Jurídica do IMAC será supervisionada pela Procuradoria Geral do Estado.

**Art. 13.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Complementar n. 70, de 5 de julho de 1999.

**Rio Branco, 7 de julho de 2003, 115º da República, 101º do Tratado de  
Petrópolis e**

**42º do Estado do Acre.**

**JORGE VIANA**

**Governador do Estado do Acre**